

---

## **Mercado Informal em Luanda e as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade, no período da Covid-19 (2020-2022)**

### **Informal Market in Luanda and social public policies for women in vulnerable situations, in the period of COVID-19 (2020-2022)**

#### ***Michele Gonçalves Cardoso***

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.  
Doutora em História.  
E-mail:  
[michelegc@unescc.net](mailto:michelegc@unescc.net)

#### ***Marina Kikusa Mendes***

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.  
Mestranda no Programa de Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS.  
E-mail:  
[marinakikusamendes@hotmail.com](mailto:marinakikusamendes@hotmail.com)

#### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado informal de Luanda, bem como as medidas tomadas pelo governo angolano para integrá-las socioeconomicamente durante a pandemia da Covid-19. O estudo emprega uma abordagem metodológica de análise bibliográfica e documental qualitativa, combinando uma produção de dados empíricos, incluindo entrevistas realizadas com mulheres no mercado de Kikolo, em Luanda, no ano de 2023. Ao longo dos anos, o país enfrentou vários conflitos, ocasionando a fome, a pobreza, a luta pela sobrevivência e a vulnerabilidade de grande parte da população, principalmente das mulheres. Como resultado dessa situação, muitas famílias viram os mercados informais como uma chance e alternativas para sobreviver e atender às suas necessidades. Ademais, o texto aborda as políticas públicas sociais de proteção e inclusão socioeconômica, analisando as ações tomadas pelo governo angolano para proteger e integrar as mulheres que estiveram inseridas nessas atividades durante a pandemia da Covid-19. Apesar da existência de iniciativas sociais voltadas para os mais vulneráveis, foram observadas limitações e necessidade de cobertura mais abrangente e significativa para sustentar esses programas e as famílias mais carentes. Além disso, faltam estratégias eficazes para atender às necessidades

desse grupo vulnerável, especialmente as mulheres do mercado informal.

**Palavras-chaves:** Trabalho informal. Migração. Políticas Públicas Sociais. Mulheres. Luanda.

### **Abstract**

This article aims to analyze the difficulties faced by women in the informal market of Luanda, as well as the measures taken by the Angolan government to integrate them socioeconomically during the Covid-19 pandemic. The study employs a methodological approach of qualitative bibliographic and documentary analysis, combining a production of empirical data, including interviews conducted with women in the Kikolo market, in Luanda, in the year 2023. Over the years, the country has faced several conflicts, causing hunger, poverty, the struggle for survival and the vulnerability of a large part of the population, especially women. As a result of this situation, many families saw informal markets as a chance and alternatives to survive and meet their needs. In addition, the text addresses social public policies for socioeconomic protection and inclusion, analyzing the actions taken by the Angolan government to protect and integrate women who were involved in these activities during the Covid-19 pandemic. Despite the existence of social initiatives aimed at the most vulnerable, limitations were observed and the need for more comprehensive and significant coverage to sustain these programs and the most needy families. In addition, there is a lack of effective strategies to address the needs of this vulnerable group, especially women in the informal market.

**Keywords:** Informal work. Migration. Social Public Policies. Women. Luanda.

## **Introdução**

Este artigo propõe uma análise sobre os deslocamentos migratórios e o crescimento das atividades laborais em Luanda, buscando conhecer as medidas

governamentais de amparo e integração socioeconômica para as mulheres do mercado informal durante a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, vale destacar alguns elementos sobre o local pesquisado.

Angola, oficialmente denominada República de Angola, é um dos países da África que está localizado na costa ocidental da África Austral, fazendo fronteira ao Norte com a República Democrática do Congo, ao Sul com a Namíbia, ao Leste com a Zâmbia e ao Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. É o sexto país da África com a maior dimensão territorial, com uma área de 1.246.700 Km<sup>2</sup>. Angola é composta por 18 províncias, 162 municípios e 559 comunas, de acordo com os dados do censo de 2014. Entre as 18 províncias temos: Uíge, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Zaire, Namibe e Luanda (INE, 2014).

Luanda é a capital do país, localizada no Centro Norte. Segundo as projeções realizadas, em 2022, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a província e capital de Angola contava com uma população de 9.079.811 habitantes, sendo a mais populosa do país, a qual tem como língua oficial o português, além de outros idiomas considerados nacionais, como: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote e Nganguela. Atualmente, de acordo as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), o país conta com uma população estimada de 34.094.077 de habitantes (INE, 2023).

A capital supracitada é localizada na costa do Oceano Atlântico e é a província mais populosa do país, apresentando densidade populacional de 2654 hab./km<sup>2</sup>. Em 2014, quando o país apresentava mais de 25,7 milhões de habitantes, ela possuía, aproximadamente, 8,3 milhões de habitantes, o que lhe valeu o título de terceira maior cidade lusófona a nível mundial, ficando atrás, apenas, das cidades brasileiras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Já em 1975, deixou de ser a capital da província ultramarina e passou a ser uma cidade independente (Afonso, 2015).

Começou a se notar uma explosão urbana em Luanda ao longo dos anos de 1960, quando a cidade e os *musseques*<sup>1</sup> reuniam uma população de 224.540

---

<sup>1</sup>O nome Musseque deriva de uma língua local, “Kimbundu”, que significa terra vermelha, são bairros periféricos suburbanizados, ou de urbanização progressiva, que podem ser classificados em ordenados, passíveis de se ordenar com instrumentos de ordenamento do território, ou desordenados, de difícil ordenamento face a sua densa e caótica ocupação.

habitantes. Já no Censo de 1970, a cidade registou 561.145 habitantes e, no último Censo, realizado em 2014, os resultados preliminares do recenseamento geral da população e habitação mostraram uma grande explosão demográfica, que foi de 6.945.386 (Afonso, 2015; INE, 2014). Logo, podemos inferir que esse aumento populacional é decorrente dos atuais fluxos migratórios.

Esses deslocamentos populacionais contemporâneos são resultados de vários processos e estimulados por uma variedade de fatores, sendo distintos de outros momentos históricos, principalmente pelas diferenças nos meios de transporte e comunicação (Cardoso, 2011). Muitos envolvidos projetam mudanças permanentes, outros tantos, temporárias, mas, de modo geral, todos buscam melhorias na qualidade de vida. Alguns são motivados pelo desejo de crescimento financeiro e aquisição de bens, outros pela fuga de perseguições étnicas, guerras, violência de gênero ou, até mesmo, de desastres ambientais. Essas locomoções podem identificar as pessoas como simples viajantes, turistas ou migrantes (Becker, 1997).

Em Angola, no período da guerra civil (1975-2002), houve um forte aumento de migrações, tanto internamente – das zonas rurais para a capital, Luanda – como externamente, deslocando-se para países vizinhos em busca de melhores condições de vida. Já após a guerra civil, no ano de 2002, acreditava-se que o país iria se desenvolver, pois a guerra civil era vista como empecilho para o seu desenvolvimento. Ao longo do tempo, o país foi enfrentando outros conflitos, como a fome, a pobreza, a luta pela sobrevivência e a vulnerabilidade da maior parte da população. Assim, o Estado não teve estrutura para empregar toda a população e isso direcionou muitas pessoas ao mercado informal, principalmente as mulheres. Com esse cenário, muitas famílias viram, como oportunidade, os mercados informais, buscando alternativas para sobreviver, a fim de satisfazer suas necessidades e de suas famílias (PNUD, 2018).

Frente ao que foi exposto anteriormente, o artigo pretende evidenciar os desafios das atividades informais, analisando as medidas tomadas pelo governo angolano direcionadas às mulheres no período da pandemia da Covid-19, percebendo se essas medidas conseguiram amparar e integrar as mulheres que estão inseridas no mercado informal. Portanto, o estudo busca dar visibilidade aos deslocamentos

migratórios, em grande parte promovidos pelo contexto de guerra, e ao mercado informal de Luanda, com o intuito de melhor delimitar o assunto e situar o leitor.

Abordaremos, ainda, sobre o processo de independência de Angola e a guerra civil, especificando-se o arranjo institucional trabalhista nacional e sua importância para a dinâmica do mercado de trabalho no país. Por fim, serão destacadas as políticas públicas sociais de proteção e inclusão socioeconômica para as mulheres em situação de vulnerabilidade, no período de 2020-2022.

A pesquisa possui, como metodologia, a revisão bibliográfica, a análise documental e a produção de dados empíricos coletados a partir de entrevistas<sup>2</sup> com mulheres que trabalham em Luanda, no mercado do Kikolo, durante no ano de 2023. Foram entrevistadas 25 mulheres, divididas entre as *zungueiras* (vendedoras de rua que se deslocam em busca de compradores) e as *quitanderas* (vendedoras nas bancadas fixas, “feirantes”). Para a pesquisa documental, foram consultadas as seguintes instituições: Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam), Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), conferência das Nações Unidas para o comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Portal Oficial do Governo da República de Luanda, entre outras.

## 1 Trabalho e mobilidade

O debate em torno do conceito de informalidade permeia o campo das análises sociais como algo complexo, de características fluidas, o que vem dificultando a tarefa de estabelecer uma definição abrangente. Geralmente, esse conceito é comumente definido pela negação do que é considerado “formal”, indicando tudo o que não está devidamente regulamentado pelas normas apropriadas. Dessa forma, um trabalhador informal é aquele cuja relação laboral não é formalizada por meio de um contrato legal, pois a empresa não possui todos ou nenhum registro necessário para operar legalmente, ou seja, uma transação comercial informal é aquela que não é

---

<sup>2</sup>Os dados completos das entrevistas serão disponibilizados após a defesa da dissertação de mestrado, que ocorrerá no primeiro semestre de 2024.

devidamente documentada com os registros exigidos por leis e normas fiscais (Silva, 2018).

A presença generalizada, tanto na mídia como na literatura acadêmica, de expressões como “Informalidade”, “Economia informal”, “Mercado informal” e “Setor informal” tem consolidado esses termos ao ponto de torná-los praticamente indispensáveis quando se abordam a respeito das atividades e modalidades de trabalho urbanas, que aumentaram significativamente no período atual em decorrência das transformações nos padrões de utilização e remuneração da força de trabalho (Pochmann, 1999).

No prefácio do documento elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2006, Paulo Bárcia – na ocasião, diretor do escritório da OIT, em Lisboa – mencionou que o termo Informal foi usado, pela primeira vez, na instituição, em um dos relatórios da década de 1970, que lhe concedeu algumas características: propriedade ou empreendimento familiar, facilidade de ingresso, uso intensivo do fator de trabalho e de tecnologia adaptada, origem e financiamento próprio de recursos, aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino e participação em mercados competitivos (OIT *apud* Cacciamalli, 2000).

A ausência de uma definição precisa resulta no uso variado e abrangente do termo informalidade. Assim, várias iniciativas têm buscado estabelecer uma estrutura conceitual para abordar a informalidade, mas enfrentam desafios ao tentar criar uma estrutura abrangente e universal. Essas dificuldades estão relacionadas à diversidade de legislações entre os países e à falta de clareza sobre os objetivos específicos da análise ou das políticas a serem implementadas (Olinto, 2020).

O termo informal é identificado a partir de expressões como “Economia informal”, a qual engloba diversos trabalhadores, empresas e empresários que não são registrados, sendo expostos a desvantagens que variam de acordo com o lugar, seja urbano ou rural. De forma geral, se caracteriza como um conjunto de atividades não oficiais e isentas de tributações. Ademais, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2006), abarca, ainda, todas as atividades econômicas realizadas por trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, seja por prática ou legislação, ou pelas disposições oficiais destinadas a enquadrar, regular e disciplinar tais atividades.

Nesse sentido, é importante apontarmos que são nas atividades laborais informais que muitos migrantes acabam se inserindo, pois pela própria condição de indocumentados – realidade de diversos migrantes – a formalidade se torna uma condição distante. Outrossim, com o aumento dos deslocamentos humanos, amplia-se a complexidade das atividades laborais informais.

Vale ressaltar que, ao longo do século XX, os fluxos migratórios se tornaram massivos, levando alguns estudiosos a chamarem esse período de “a época da migração” (Brzozowski, 2012). A desigualdade na distribuição de mão de obra e capital é um fator-chave da migração para os neoclássicos. Guerras, calamidades naturais, crises políticas e econômicas também impulsionam a migração e o surgimento de refugiados. No entanto, ao contrário dos discursos mais conservadores, a migração não traz apenas impactos negativos, pois gera resultados positivos para as sociedades de origem, incluindo o recebimento de remessas e transferência de tecnologia, já que os migrantes, em sua maioria, se deslocam de lugares com pouca ou nenhuma oportunidade para locais onde há mais oportunidades e o crescimento econômico é mais visível. Portanto, o fluxo e o retorno de remessas, ideias e tecnologia ao país de origem são capazes de gerar transformações positivas ao país (Castles, 2010). Ainda, é importante frisar que o país de destino migratório também se beneficia de variadas maneiras da presença de migrantes em seu cotidiano, não apenas pela atividade laboral em si, mas pelas transformações socioculturais (Massey et al., 1998; Patarra, 2006).

Inseridas no contexto migratório, as pessoas em mobilidade procuram, com maior rapidez possível, iniciar uma atividade laboral que, na maioria das vezes, já é segmentada e destinada aos migrantes (Cardoso, 2011). Ainda, a condição de indocumentado de muitos migrantes favorece a necessidade de se inserir em atividades consideradas informais. Hirata e Machado (2007) afirmam que a informalidade no mercado de trabalho está intrinsecamente ligada à falta de estabilidade nas condições de emprego, incluindo não apenas a natureza do trabalho, mas a escassez de renda nas atividades informais que, geralmente, oferecem ganhos somente para subsistência e sobrevivência. Isso leva muitos indivíduos, especialmente mulheres, a adentrarem nesses segmentos laborais.

Embora seja considerada, em alguns países, como uma economia oculta, ilegal ou clandestina, é importante destacar que os indivíduos inseridos nesse domínio

contribuem legalmente com a produção de bens e serviços, uma vez que a economia informal oportuniza formas de sobrevivência em períodos em que a taxa de desemprego e a pobreza estão em alta. Nesse período, a informalidade desenvolve um papel importante, pois não oportuniza exclusivamente a sobrevivência dos trabalhadores mais empobrecidos, ela beneficia, também, os consumidores pobres ou de baixa renda, já que, nesses segmentos, são ofertados bens e serviços a preços acessíveis.

De acordo com Silva (2010), na África, após o período de colonização dos países da África subsaariana, a economia informal passou a ter mais visibilidade. Depois da independência, na maioria dos países africanos, começou a ser discutida a questão do desenvolvimento, arriscando fortemente em modelos econômicos que se fundamentavam em substituição de importação e na política intervencionista do Estado. Esses modelos trouxeram aceleração na urbanização, aumentando, assim, o número de pessoas nas cidades, o que causou um êxodo rural e um aumento da população urbana superior em relação ao crescimento econômico.

Destarte, o setor informal desempenha, principalmente, o papel de absorver mão de obra com pouca formação. Isso é uma característica proeminente em países com altas taxas de desemprego e uma abundante oferta de trabalhadores com escassa ou nenhuma formação e/ou habilidades, os quais aceitam ocupações precárias e mal remuneradas devido à necessidade extrema. Em nações onde a pobreza e o subemprego são predominantes, o setor informal emerge como uma alternativa para assegurar acesso rápido à renda, garantindo a sobrevivência dessas populações (Domingues, 2019).

As atividades informais estão associadas a um conjunto de características específicas. Estas incluem a propriedade familiar dos recursos envolvidos, a natureza de pequena escala das operações, a aquisição de fora do sistema educacional formal, a operação em mercados competitivos e não regulamentados, a facilidade de ingresso e saída dessas atividades, além da utilização de recursos locais (Lopes, 2007).

Após essa breve explanação, vale ressaltar que o artigo dialoga diretamente com as atividades realizadas no “Mercado informal” angolano. O mercado informal caracteriza-se como um lugar em que se reúnem pessoas de cidades e bairros distintos, com o intuito de desempenharem várias atividades. Esses mercados operam



com infraestruturas mínimas, mas com níveis notáveis de organização, incluindo a distribuição espacial de operadores por tipo de produto, bem como a medida interna de segurança e vigilância. Em muitos casos, os operadores pagam uma taxa pelo uso do espaço a entidades formais responsáveis relacionadas, pois essas são responsáveis pela supervisão e pela fiscalização da atividade (Lopes, 2008).

## **2 A independência de Angola e a guerra civil: crescimento do mercado informal de Luanda**

Nesta seção serão apresentados estudos que abordam o contexto da independência de Angola, o início da guerra civil e como esses eventos desencadearam processos migratórios tanto internos, das áreas rurais para as urbanas, quanto externos, representados pelos regressados que deixaram o país durante o conflito da guerra civil. Além disso, será explorada a influência dessas migrações no aumento das atividades informais.

Aproximando-se da independência de Angola, teve início uma maior interação entre os partidos: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional Para Independência Total de Angola (Unita). O MPLA, de forma estratégica, antecipadamente, instalou-se na capital de Angola, nas principais estruturas administrativas e nos quadros das empresas para melhor confrontar os seus concorrentes, visto que os outros movimentos, como a FNLA e a Unita, estavam fixados em outras zonas do país. Cada um se fixou em locais onde eram mais influentes, preparando, assim, ofensivas contra as áreas dominadas por outros grupos. Isso fez com que a guerra civil ficasse oculta durante um tempo (Agostinho, 2011).

Como fatores que intensificaram e impulsionaram a guerra, destacam-se a diferença entre as ideologias, a disputa da zona de interesse de cada movimento, a disputa pela liderança na luta de libertação e a busca de intervenção e apoio direto de forças regulares de países estrangeiros (Agostinho, 2011). Finalmente, no dia 11 de novembro de 1975, Angola alcançou a independência, proclamada pelo MPLA, na cidade de Luanda. Acerca disso, é válido frisar que após a Proclamação da Independência, FNLA e Unita iniciaram uma guerra violenta na cidade de Huambo,

que durou até o ano de 2002. Durante o período da referida guerra, foram milhares de mortos e feridos, destruição de cidades e da infraestrutura do país, o que levou à migração da população rural, uns para as cidades e outros para os países vizinhos (Sodepac, 2013). Não aceitando os resultados dessas eleições, a Unita retomou a guerra, que durou 27 anos e, em 2002, declarou, assim, a paz definitiva no país.

Salienta-se que, após a guerra civil (1975-2002), o mercado de trabalho sofreu um impacto negativo com baixa procura da força de trabalho e, por consequência, redução do poder de compra e do rendimento de muitas famílias angolanas. Com isso, estas se sentiram pressionadas a buscar novos caminhos como alternativas de geração de recursos no mercado informal (Paane, 2015).

Segundo Lopes (2013), a história da migração em Angola, principalmente das zonas rurais para a zona urbana, está relacionada com o conflito interno que o país passou nos anos de 1975-2002. Após Angola alcançar a independência no ano de 1975, percorreu por um longo período de guerra civil, a qual afetou significativamente as zonas rurais do país. Desta feita, notou-se um aumento exponencial das migrações internas, do rural para urbano, especificamente para Luanda, bem como das migrações externas, nas quais o povo se refugiava nos países vizinhos (Lopes, 2018).

Todavia, depois que a guerra findou, em 2002, não teve um retorno significativo nas zonas rurais, pois o aumento da população de Luanda continuou, mesmo após o conflito armado, quando a população ainda migrava por causa das condições de vida. Uma vez que a guerra civil deixou defasadas as zonas rurais, o povo saía desses locais para outros centros urbanos, buscando oportunidades de geração de rendimentos (Lopes, et al., 2013).

Além disso, reforçamos que ocorriam, também, as migrações externas, nas quais um fluxo populacional se refugiou, durante a guerra civil, em países vizinhos como RDC, Zâmbia e Namíbia. Após o conflito, percebe-se a retomada em massa dos refugiados ao país, em que muitos se instalaram nos centros urbanos, principalmente na capital, por oferecer mais oportunidades. Dessa forma, os anos que sucedem a 2002, após o acordo de paz, ficaram conhecidos como a época de retorno dos angolanos que migraram para os países vizinhos (Coelho, 2021).

Com o “boom demográfico”, a escassez de oferta de trabalho e o número elevado da população colaboraram com a urbanização desorganizada da sociedade e, como

consequência, com o aumento das atividades informais na zona urbana, especificamente em Luanda. Sendo assim, ao invés de promover a criação de excedente relativo de força de trabalho, aparece a informalidade para as pessoas que ficaram afastadas do processo industrial (Menezes; Dedecca, 2012).

De acordo com Fonseca e Fonseca (2017), o povo que tem pouca ou nenhuma qualificação profissional, como os que não eram fluentes na língua portuguesa, acabava por se inserir nos mercados informais de Luanda. Isso se dava para todos, tanto mulheres quanto homens e crianças.

### **3 Políticas públicas e sociais para o amparo e a integração socioeconômica para as mulheres do mercado informal de Luanda**

Após a independência do país em 1975, o governo angolano começou a realizar algumas ações referentes à educação. Essas ações eram baseadas no princípio da universalidade, em que todos deveriam ter acesso livre e com oportunidades igualitárias, no intuito de minimizar os níveis de analfabetismo (Pereira, 2005). Nesse cenário, percebe-se uma preocupação com as políticas públicas voltadas à questão educacional.

De modo geral, as políticas públicas podem ser entendidas como programas de ações que o governo estabelece para uma sociedade. Ainda, podem ser compreendidas como todo e qualquer passo que o Estado dá, de diferentes formas, com a finalidade de resolver os problemas sociais (Kitombe, 2019). Segundo Félix (2020a), políticas públicas e proteção social são compreendidas como providências tomadas que determinam ações orientadas, que visam garantir níveis básicos de vida para a população com a finalidade de construir uma sociedade inclusiva e justa. Além disso, a política social deve ser transparente, tendo como finalidade ser elaborada como uma via de realização dos direitos sociais e das necessidades do ser humano. Ainda, seu objetivo tem que ser na melhoria da população mais carente ou necessitada, com a esperança de alcançar cidadania ampliada.

Com relação à economia angolana, esta começou a ser incluída no comércio global a partir da passagem para o multipartidarismo no país, durante os anos 90, trazendo desvantagens para as mulheres, pois essa transformação aumentou a desigualdade de gênero no mercado de trabalho em Angola. Ademais, compreende-se

que as mulheres angolanas possuíam menos acesso ao sistema de ensino, pois, se comparadas aos homens, elas têm nível de escolaridade mais baixo.

De acordo com a pesquisa realizada por Pereira (2005), a guerra civil que o país enfrentou acarretou em muitas consequências, tanto sociais como econômicas, as quais acabaram influenciando o sistema educacional do país. Com isso, a falta de condições financeiras fez com que as famílias tivessem que selecionar quais filhos iriam para a escola, predominando, assim, os homens. Ainda, segundo o autor, muitas mulheres ficavam de fora dessa seleção para inserção nas escolas, sendo encarregadas das atividades domésticas, enquanto as poucas que eram inseridas no sistema educacional eram obrigadas a conciliar as atividades escolares com as tarefas domésticas (Pereira, 2005).

A constituição de Angola do ano de 2010 determinava a assistência social como uma política pública que o Estado angolano tinha a responsabilidade de cumprir. Essa Lei fundamental, no seu art. 38.º, que efetiva o direito da livre iniciativa econômica dos cidadãos, evidencia que: 1) a iniciativa econômica privada é livre, sendo exercida com respeito pela Constituição e pela lei; 2) a todos é reconhecido o direito à livre iniciativa empresarial e cooperativa, a exercer nos termos da lei; 3) a lei promove, disciplina e protege a atividade econômica e os investimentos por parte de pessoas singulares ou coletivas privadas, nacionais e estrangeiras, a fim de garantir a sua contribuição para o desenvolvimento do país, defendendo a emancipação econômica e tecnológica dos angolanos e os interesses dos trabalhadores (Angola, 2010).

Também, em Angola, existem algumas instituições ou organizações que foram criadas ao longo dos anos, com o intuito de trabalhar questões relacionadas às mulheres. Entre elas estão: Organização da Mulher Angolana (OMA), com o objetivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista; Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher (SEPMD); Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam); Conselho de Coordenação Multissetorial do Gênero (CCMG); Liga da Mulher (Lima); Rede Mulher Direções da Família e Promoção da Mulher (Difamu); e Ondjango Feminista – um coletivo feminista autônomo de ativismo e educação, em prol da realização dos direitos humanos de

todas as mulheres e meninas em Angola (Centro de estudos e investigação científica, 2012).

Entretanto, conforme o Centro de estudos e investigação científica (2012), apesar da existência de programas e/ou ações sociais voltadas para as mulheres, percebe-se a limitação de recursos humanos e financeiros para isso. Ademais, o relatório mostra a falta de prioridade que o Orçamento Geral do Estado (OGE) oferece às ações e programas sociais voltados às mulheres. Desse modo, ainda que existam ações ou programas específicos para tratar e discutir sobre os problemas de mulheres em Angola, não quer dizer que o governo angolano toma como prioridade essas questões, pois os programas se mostram financeiramente incapazes de implementar projetos a fim de mudar a realidade dessas mulheres.

Segundo o Relatório Social do Estado de 2023, apesar de Angola possuir um sistema de proteção social, este se encontra em fase de desenvolvimento e enfrenta diversos desafios substanciais para garantir uma cobertura ampla e a eficácia adequada. Nos últimos anos, o país tem se dedicado a aprimorar seu sistema de proteção social, visando a redução dos índices de pobreza, desigualdade e exclusão social. O relatório ressalta, ainda, a insuficiência de despesas na área de proteção social, resultando em recursos que não são adequados para atender plenamente às necessidades básicas da população. Portanto, é necessário realizar uma revisão das políticas, dos programas e a alocação orçamentária de proteção social para a população vulnerável, a fim de satisfazer, de maneira eficaz, as demandas de proteção social e segurança das famílias em situação de vulnerabilidade (Unicef, 2023).

Esse cenário, já bastante complexo, tornou-se ainda mais difícil com a pandemia de Covid-19, pois ela impactou significativamente todos os setores da economia, bem como o mercado de trabalho. Com isso, os países que são classificados como de renda média-baixa e que são dependentes de recursos externos enfrentaram desafios substanciais decorrentes da pandemia. Esse é o caso de Angola, cuja economia depende, em sua maioria, da indústria petrolífera e é caracterizada por um nível alto de informalidade (Banco Africano de Desenvolvimento, 2021).

Devido ao quadro pandêmico da Covid-19, foram tomadas medidas preventivas para a preservação da saúde da população. Com a vida das mulheres de Luanda, especificamente as que estão inseridas no mercado informal, não foi diferente, pois as

alterações que ocorreram durante a pandemia impactaram no bem-estar das vendedoras informais, principalmente por conta da quarentena, bem como das limitações dos dias, horários e espaços de trabalho dessas mulheres (distanciamento social), além do fechamento das fronteiras, o que afetou o modo de aquisição dos produtos e limitações no transporte. Essas medidas preventivas alteraram o ambiente de trabalho e, durante a pandemia de Covid-19, impossibilitaram o “ganha-pão” de algumas famílias, porém, apesar do estado de emergência (proibições do governo), muitas mulheres continuaram com as suas atividades (Telo, 2021).

É motivo de preocupação que as medidas de prevenção destinadas a proteger a saúde pública tenham impactos adversos nos direitos e nas liberdades da população que trabalha no setor informal, afetando negativamente os trabalhadores desse setor. Embora, por um lado, essas medidas tenham o objetivo de conter a propagação da doença, por outro lado geraram dificuldades para muitas famílias que não tinham acesso à água potável, pois a renda insuficiente não permitia a compra da água engarrafada ou bacias compartilhadas na vizinhança, impossibilitando as famílias de renda baixa de realizarem as suas vendas nas ruas ou em mercados, levando essas mulheres a um estado de maior vulnerabilidade. Isso levou a situações de fome e à limitação do acesso ao atendimento médico para outras doenças nos hospitais (Félix, 2020b).

Frente ao anteriormente exposto, justifica-se a necessidade em pensar e entender os desafios do mercado informal em Luanda, especificamente durante a pandemia da Covid-19. Ainda, diante desse cenário, compreender qual foi o papel do governo angolano ou quais políticas públicas sociais eficazes foram implementadas, no período de 2020-2022, a fim de proteger e incluir as mulheres que são socioeconomicamente vulneráveis, as quais possuíam trabalhos precários durante o período da crise causada pela pandemia.

Definimos a política pública de proteção social como um conjunto diversificado de ações destinadas a assegurar condições mínimas de vida para a população, como a promoção do bem-estar, solidariedade social e elevação da qualidade de vida do povo no que concerne ao acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentação, habitação e água potável, com o intuito de promover a construção de uma sociedade caracterizada pela equidade e inclusão, com o objetivo de que a população tenha níveis

básicos de vida, a fim de construir uma sociedade mais justa (Félix, 2020a). Ademais, a política social deve ser transparente em sua função de servir como um sistema de amparo social, um meio de materializar e garantir direitos sociais e satisfazer as necessidades básicas da humanidade. Seu enfoque principal deve ser o aprimoramento dos serviços voltados para as pessoas em situação de pobreza, com o objetivo de promover uma cidadania mais abrangente e inclusiva.

De acordo com o diário da república, o governo angolano mostrou essa preocupação, implementando um programa social. Desta feita, em março de 2020, foi aprovado o programa *kwenda*, pela comissão econômica, financiado conjuntamente pelo governo e o Banco Mundial, e publicizado em 04 de maio no diário da república n.º 125/20, que teve como objetivo o Fortalecimento da Proteção Social e a criação de um sistema de proteção social abrangente para enfrentar o problema da pobreza, concedendo renda às famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade, incluindo-as em atividades que geram rendas e as incentivando a trabalhar. Além disso, seu objetivo era de fortalecer os mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Proteção Social, fornecendo apoio financeiro, institucional e metodológico. Para fornecer apoio financeiro a essas famílias, foi proposta, pelo executivo, a distribuição de renda mensal fixa de Kz 8.500,00 (oito mil e quinhentos *kwanzas*), por meio das Transferências Sociais Monetárias. A seção de inclusão produtiva visa aumentar a capacidade produtiva, financeira e de compra das famílias de forma sustentável, identificando atividades lucrativas que atendam às necessidades específicas dos grupos-alvo do programa (Angola, 2020). O programa citado foi coordenado pelo Ministério da Accão Social, Família e Promoção da Mulher (Masfamu) e o Fundo de Apoio de Accão Social (FAZ). Realça-se, ainda, que, de acordo com as prioridades do orçamento geral do Estado 2022, a transferência monetária seria atualizada para Kz 11.000,00 (Angola, 2023).

Félix (2020b) ressalta que, embora o governo tente reduzir os efeitos negativos, por meio de acolhimento, ao abrigar parte da população sem teto em centros e assegurá-los, não são evidentes ações de apoio direto às mulheres trabalhadoras informais particularmente afetadas pelas restrições decorrentes do estado de emergência. Inicialmente, foi permitido a elas trabalhar apenas meio período do

expediente por três dias na semana, posteriormente por mais tempo, mas, de forma limitada, uma vez que os clientes não podiam sair de casa devido à quarentena.

Uma vez que a proteção social é reconhecida como um direito dos cidadãos, sendo, portanto, responsabilidade do Estado garantir sua implementação efetiva, nesse contexto, se fez necessária a urgência da assistência social do estado às famílias. Ou seja: apesar da existência de programas e/ou ações sociais voltadas para a população mais necessitada, evidenciam-se as limitações de recursos humanos, financeiros, para arcar com os custos do programa, e falta de estratégias eficientes que pudessem abranger a população mais carente. Ademais, notou-se a inexistência de políticas públicas sociais voltadas diretamente para as mulheres do mercado informal que foram as mais afetadas pela pandemia, por serem mais carentes e por dependerem dos rendimentos obtidos diariamente dessas atividades, dificultando ainda mais sua questão socioeconômica (Félix, 2020b).

Sobre o Programa de Transferência Social Monetário, é importante destacar que ele não alcançou o total da população em situação de vulnerabilidade, abrangendo, apenas, cerca de 6 mil famílias em um programa experimental. Além disso, o valor do subsídio, que era de cerca de 8 mil *Kwanzas*, não foi suficiente para atender às necessidades básicas da maioria das famílias angolanas, as quais, em grande parte, obtêm sua principal fonte de renda por meio de atividades informais, predominantemente desempenhadas por mulheres, como vendedoras ambulantes, comerciantes de mercados, cabeleireiras, entre outras (Feminista, 2020).

Conforme os resultados obtidos nas entrevistas, tornou-se evidente a difícil situação de sobrevivência enfrentada pelas mulheres envolvidas nessas atividades, durante a pandemia da Covid-19. Dos dados coletados, foi observado que mais de<sup>3</sup> 70% das entrevistadas afirmaram não ter recebido qualquer assistência do governo angolano, além de desconhecerem os programas ou as ações governamentais implementados, nesse período, para auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade. Isso levou algumas delas a arriscarem suas vidas em busca do sustento diário, mesmo que fosse proibido, como relatou uma das mulheres

---

<sup>3</sup>Entrevistas realizadas por meio da pesquisa de mestrado, no programa de Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, no mercado Kikolo, que está localizado em Angola, no ano de 2023.



entrevistadas: “<sup>4</sup>A pandemia afetou muito a população. Não podíamos vender todos os dias no mesmo mercado devido aos dias estipulados. No entanto, para garantir o sustento das crianças em casa, tive que encontrar uma maneira de não ficar em casa nos dias em que não podia vir aqui no mercado” (Q1, 2023).

O cenário referido acima vem ao encontro da pesquisa feita pela Associação Observatório de Políticas Públicas da Perspectiva de Gênero (Assoge), que questionou as mulheres entrevistadas sobre o grave período que enfrentavam e o risco em comercializar naquela situação que o mundo passava, com a seguinte questão: “Morrer com a tal doença ou com a fome?”. Constatou-se que, apesar das orientações do governo de ficar em casa, no intuito de prevenção, a maioria das mulheres entrevistadas replicava não ser viável assim ficar e morrer de fome, pois precisavam sair e procurar sobreviver, mas usavam todas medidas de proteção. Outrossim, por ser um trabalho de sobrevivência para muitas mulheres e suas famílias, estava fora de questão a desistência das vendas e o cumprimento das normas decretadas pelo governo (Telo, 2021).

No texto de Telo, *Mulheres e o comércio informal em Luanda: um olhar para além da crise pandêmica de Covid-19*, a autora destaca que a crise agravada pela pandemia da Covid-19, em Angola, aconteceu em um ambiente carente de políticas públicas governamentais eficazes. Ainda, a autora afirma que a crise da pandemia se agravou, de forma mais intensa, para esse grupo, por fatores históricos como a pobreza, a desigualdade e o acesso limitado a recursos e direitos para a maioria da população, particularmente para as mulheres. Telo também reforça a necessidade e a vulnerabilidade específicas das mulheres, reconhecendo as suas lutas históricas e a necessidade de intervenção específica. Dessa feita, faz-se necessário compreender todo o contexto histórico e as suas especificidades para a formação de políticas públicas que apoiem, eficazmente, as mulheres em Angola. Além disso, a autora realça que as mulheres não são o único grupo vulnerável em Angola, mas, antes, destaca os desafios únicos enfrentados por elas, especialmente as oriundas de meios marginalizados (Telo, 2021).

---

<sup>4</sup> Q1. Entrevista concedida a Zoe Kodia, em 10 de junho de 2023.

Apesar da existência de programas ou ações sociais voltadas para a população mais necessitada, percebeu-se as limitações de recursos humanos e financeiros, para arcar com os custos do programa, e a falta de estratégias eficientes que pudessem compreender a população mais carente. Ademais, notou-se a inexistência de políticas públicas sociais voltadas diretamente para as mulheres do mercado informal.

Segundo o Relatório Anual do Programa Kwenda de 2022, o referido Programa tem uma magnitude significativa e diversas limitações, conforme descrito nos dados de contexto fornecidos, pois ele fez progressos substanciais, com mais de 3 milhões de pessoas registradas e pagamentos significativos efetuados aos beneficiários. Ele tem demonstrado relevância na abordagem da pobreza multidimensional predominante em Angola, alinhando-se com as políticas nacionais de proteção social e contribuindo para a coordenação da política social no país. Ainda, o programa alinha-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, centrando-se, particularmente, na erradicação da pobreza, no crescimento econômico sustentável e na redução das desigualdades, entretanto, enfrenta implicações logísticas, custos elevados, cobertura geográfica limitada do sistema bancário, soluções tecnológicas inadequadas e redes de telecomunicações insuficientes. A fim de que o programa seja direcionado da melhor forma e que possa impactar de maneira assertiva o grupo necessitado, há a necessidade de um sistema dinâmico para gerir dados e contribuir com a superação de desafios na adaptação dos mecanismos de pagamento convencionais à dinâmica do *Kwenda*, bem como seja capaz de ajudar a passar pela pressão enfrentada durante períodos específicos, devido a implicações políticas e logísticas. Por fim, é válido salientar que o programa encontrou desafios relacionados à vulnerabilidade e à exclusão dos indivíduos cadastrados, incluindo questões como falta de documentos de identificação, baixas taxas de alfabetização e um número significativo de pessoas declarando incapacidade total para o trabalho. (FAS, 2023).

### **Considerações finais**

Diante do exposto, conclui-se que a informalidade, em Luanda é uma realidade complexa e desafiadora, principalmente para as mulheres que nela trabalham. A migração e a informalidade são conceitos fundamentais para entender a dinâmica

desse mercado, que se tornou uma alternativa para muitas famílias em busca de sobrevivência. Além disso, a pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação das mulheres, que se deslocavam para realizar suas vendas e para obter seus produtos, dependendo desses rendimentos obtidos diariamente. Nesse sentido, as políticas públicas sociais de proteção e inclusão socioeconômicas são fundamentais para amparar e integrar as mulheres em situação de vulnerabilidade, entretanto, como apontado pelas entrevistadas, mais de 70% não recebeu qualquer assistência.

Acerca disso, foi possível verificar que o governo angolano tomou medidas importantes para tentar ajudar essas mulheres durante a pandemia, mas ainda há muito a ser feito para garantir que elas tenham acesso a condições de trabalho dignas e justas. Portanto, é necessário investir em políticas públicas que promovam a inclusão socioeconômica dessas mulheres, garantindo-lhes acesso a serviços básicos, como saúde, educação e moradia.

Por fim, é importante destacar que o estudo apresentado neste artigo pode contribuir para a compreensão da realidade das mulheres no mercado informal em Luanda e em outras regiões angolanas. Percebeu-se, ainda, que, apesar da existência de iniciativas sociais voltadas para os necessitados, houve limitações e inexistência de políticas públicas sociais direcionadas, especificamente, para as mulheres do mercado informal, as quais, nesse período, foram consideradas como um grupo mais vulnerável, pois dependiam da renda obtida diariamente nessas atividades.

Com base nisso, o artigo conclui-se enfatizando a complexidade e os desafios do mercado informal em Luanda, especialmente para as mulheres, e destaca a necessidade de políticas sociais e sistemas de apoio mais eficazes e direcionados de forma correta, a fim de alcançar o grupo mais necessitado. No geral, esse estudo fornece uma compreensão da economia informal em Luanda, dando ênfase às vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres e à importância de políticas específicas para enfrentar esses desafios.

## **Bibliografia**

AFONSO, Luiekakio. *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*, a reedição de uma obra clássica que chega em boa hora, Mulemba, 5 out. 2015, 793-807.



CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. *Relatório Social de Angola 2012*. p. 152, 2012. Disponível em: <http://www.ceicucan.org/wpcontent/uploads/2014/04/RELAT%C3%93RIO-SOCIAL-DEANGOLA2012.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

COELHO, Marciele. Nazaré. *Migrações contemporâneas em Angola: culturas e identidades construídas e reconstruídas*. Caderno CERU, série 2, vol. 32, n. 2, dezembro 2021.

DOMINGUES, Justiana Stella de Vasconcelos. *Mercado informal em Luanda*. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico - Financeira, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/53232/1/ulfd0150476\\_tese.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/53232/1/ulfd0150476_tese.pdf). Acesso em: 15 ago. 2023.

FAS (org.). *Relatório anual do programa Kwenda 2022*. Luanda: Fas, 2023. 57 p. Disponível em: <https://fasangola.com/wp-content/uploads/2023/07/KWENDA-Relatorio-Anual-2022-versao-final.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

FÉLIX, I. COVID 19: *Desafios na atenção aos direitos das mulheres em Angola*. Odjango Feminista. 2020b. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2020/8/11/covid-19-desafios-na-atenoaos-direitos-das-mulheres-em-angola>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FÉLIX, I. *Políticas de Proteção à Mulher no Mercado Informal*. Odjango Feminista. 2020a. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2020/7/2/polticasde-proteco-mulher-no-mercado-informal>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FEMINISTA, Odjango (org.). *Resistência econômica das mulheres: um desafio diário*. 4. ed. Luanda: Tuba, 2020. 84 p.

FONSECA, Dagoberto José; FONSECA, Simone de Loiola Ferreira. *Refugiados e migrantes na Luanda contemporânea*. Sociedade e Cultura, v. 20, n. 2, p. 114-137, 2017.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. *Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia*. IPEA, v. 34, p. 23-30, 2007. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4103/1/bmt34\\_04Nota2.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4103/1/bmt34_04Nota2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola/Censo 2014*. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://www.ine.gov.ao/images/Populacao\\_Sociedade/Estudos\\_tematicos/PUBLICA\\_CAO\\_RESULTADOS\\_DEFINITIVOS\\_DO\\_CENSO\\_2014.pdf](https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Estudos_tematicos/PUBLICA_CAO_RESULTADOS_DEFINITIVOS_DO_CENSO_2014.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeção da população 2023*. 2003. Disponível em: INE-Instituto Nacional De Estatísticas (gov.ao). Acesso em: 16 nov. 2022.

KITOMBE C. *Políticas Públicas: análise feminista do discurso à ação*. 2019. 3ª Edição. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/57c54852f5e231e61738ab8a/t/5ef4c9ed8575ee>

1ad6424634/1593100811404/2019-TUBA-Ed3-FINAL-compressed.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

LOPES, C. M. M. G. F. Elementos sobre o comportamento de compra em mercados informais: estudo de caso no mercado Roque Santeiro (Luanda). 2008. 71 Tese (Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11879>. Acesso em: 14 jan. 2024.

LOPES, C. M. *Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2018*. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 54, dez. 2018, p. 61-76 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/DqMytf3yRMG5LVCxvPgG7TD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LOPES, C. M. *Roque Santeiro: entre a ficção e a realidade*. Estoril: Principia, 2007.

LOPES, Carlos M.; RODRIGUES, Cristina; SIMAS, Gabriela. *Migração Interna, Urbanização e Saúde em Angola*. Bruxelas: Observatório ACP para as Migrações, 2013.

MASSEY, D. S. et al. *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MENEZES, W. F.; DEDECCA, C. S. *A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Rendimentos e principais características*. Revista Nexos Econômicos, v. 6, n. 2, p. 11-41, 29 jan. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9247>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *A OIT e a Economia Informal*. Escritório da OIT em Lisboa, 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms\\_664856.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_664856.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024

OLINTO, Roberto. *Economia informal: setor informal, emprego informal, afinal do que estamos verdadeiramente falando - Parte I*. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-informal-setor-informal-emprego-informal-afinal-do-que-estamos-verdadeiramente>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PAANE. *Diagnóstico de Género de Angola*. Luanda: European Union, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/8701>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PEREIRA, A. *Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho*. In: CODESRIA. Repensando o desenvolvimento Africano: Além do Impasse, Rumo às Alternativas. 11. Assembleia Geral, 2005. Disponível em: [https://www.codesria.org/IMG/pdf/pereira.pdf?1457/c645ea9500da3c5e77f51f18a2d\\_a5e3f117576d9](https://www.codesria.org/IMG/pdf/pereira.pdf?1457/c645ea9500da3c5e77f51f18a2d_a5e3f117576d9). Acesso em: 14 set. 2023.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, Omarildo Luís da. O impacto da Economia Informal no processo de desenvolvimento da África Subsariana. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento e cooperação

Internacional. Portugal: Instituto Superior de Economia e gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010, p. 15

SILVA, Sandro Pereira. Informalidade: “o que é e o que não pode ser que não é”. *Radar*, N/A, v. 4, n. 0, p. 27-30, fev. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8266>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SODEPAC. *Um contributo para o desenvolvimento sustentável de Angola*. 2013. Disponível em: <http://sodepacangola.com/joomla/pdfs/cap1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

TELO, F. C. A. 2021. *Mulheres e comércio (informal) em Luanda*: Revista Espaço Acadêmico, 21, 13-24. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59380>. Acesso em: 02 jan. 2023.

UNICEF. *Análise sobre o orçamento geral do estado 2023: proteção social no OGE*. Angola: Unicef, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/media/3536/file/Relat%C3%B3rio%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

***Recebido em: outubro de 2023.***

***Aceito em: janeiro de 2024***

## COMO REFERENCIAR

CARDOSO, Michele Gonçalves; MENDES, Marina Kikusa. Mercado Informal em Luanda e as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade, no período da Covid-19 (2020-2022). *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 134-155, 2024.